

“DÓXA” E “SER” NO LIVRO V DE A REPÚBLICA: UMA PERSPECTIVA ANTAGÔNICA DA DOCTRINA DUALISTA DE PLATÃO*

“DOXA” AND “BEING” IN BOOK V OF *THE REPUBLIC*: AN ANTAGONICAL PERSPECTIVE OF PLATO’S DUALIST DOCTRINE

Tiago José Quadros Pereira**

RESUMO

O dualismo metafísico em Platão é uma característica fundamental que molda a interpretação de sua filosofia como uma dicotomia entre os mundos sensível e inteligível. A separação radical entre essas realidades é questionada, propondo-se uma perspectiva não dual. A análise dos termos “dóxa” e “ser” no livro V de *A república* revela que a “dóxa” funciona como um intermediário entre a ignorância e a ciência, enquanto o verbo “ser” abrange um caráter veritativo e existencial, conectando as realidades. Ao enfatizar a inter-relação entre o sensível e o inteligível, a compreensão da metafísica platônica torna-se mais integrada, desafiando visões dicotômicas.

PALAVRAS-CHAVE: Platão; dualismo metafísico; conhecimento; filosofia grega; A república.

ABSTRACT

Metaphysical dualism in Plato is a fundamental characteristic that shapes the interpretation of his philosophy as a dichotomy between the sensible and intelligible worlds. The radical separation between these realities is questioned, proposing a non-dual perspective. The analysis of the terms “dóxa” and “being” in book V of *The Republic* reveals that “dóxa” functions as an intermediary between ignorance and science, while the verb “ser” encompasses a truthful and existential character, connecting realities. By emphasizing the interrelationship between the sensible and the intelligible, the understanding of Platonic metaphysics becomes more integrated, challenging dichotomous views.

KEYWORDS: Plato; metaphysical dualism; knowledge; Greek philosophy; The Republic.

INTRODUÇÃO

A ideia de um dualismo metafísico em Platão tornou-se uma marca tão forte do platonismo que se impregnou no imaginário da cultura ocidental. É quase impossível pensar a filosofia platônica senão como uma filosofia dicotômica. Tal fenômeno ocorre, principalmente, como uma tentativa menos árdua de se compreender o *corpus* platônico, visto que, ao conceber dois opostos, percebem-se mais facilmente suas distinções e, por conseguinte, suas formulações.

* Comunicação recebida em 24/09/2024 e aprovada para publicação em 20/11/2024.

** Bacharel em Filosofia pela PUC Minas e licenciando em Filosofia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: tiagoquad11@gmail.com.

Contudo, para que se defenda a perspectiva de dois mundos, é necessário conceber uma separação radical entre os planos da realidade, ou seja, um paralelismo tal entre eles que cada um pudesse ser caracterizado como uma totalidade independente, ou um “mundo” à parte; o que não é o caso. Em outras palavras, reconhecer as diferenças não acarreta em isolá-las em âmbitos paralelos. Desse modo, esta comunicação tentará percorrer um caminho, a fim de evidenciar que é possível adotar uma perspectiva não dual em Platão. Para isso, utilizar-se-á do próprio aparato linguístico presente no livro V de *A república*. Serão explorados os sentidos do termo “dóxa” e do verbo “ser” no referido diálogo, com o intuito de evidenciar que uma separação radical entre dois mundos (sensível e inteligível) não deve ser tomada como um dogma na filosofia platônica.

1 A SOLUÇÃO PLATÔNICA DIANTE DO CÉLEBRE EMBLEMA FILOSÓFICO

Dentro do âmbito epistemológico, o principal objetivo de Platão era o de buscar o conhecimento verdadeiro. Dessa maneira, por meio dos seus diálogos, o filósofo tenta traçar todo um caminho que o homem deve percorrer para chegar a esse conhecimento verdadeiro, ao conhecimento que é imutável e confiável.

Naquele período, uma das grandes discussões que permeavam a filosofia era sobre a natureza desse conhecimento verdadeiro: tínhamos, de um lado, Heráclito, que afirmava que todas as coisas se transformavam, tudo fluía e estava em constante fluxo; e, por isso, a impressão adquirida pelos sentidos era, sim, digna de confiança. De outro lado, tínhamos Parmênides, que dizia que tudo o que correspondia ao real era eterno, imutável e possuía uma unidade indivisível; e, por esse motivo, a nossa percepção de mundo (a nossa apreensão das coisas que existem por meio dos sentidos) era considerada imperfeita e cheia de contradições, não sendo, portanto, digna de confiança. É nesse contexto que Platão entra, para tentar solucionar essa problemática existente entre a dualidade de Heráclito e Parmênides, tal como afirma Nazareno Eduardo de Almeida (2003, p. 204):

Platão apresenta uma divisão entre o mundo sensível e o mundo inteligível que corresponde à separação entre o mundo do devir e do fluxo (apresentado por Heráclito) e o mundo do ser e da eternidade (apresentado por Parmênides). Desse modo, Platão “resolve” o problema da existência do movimento e do devir, conciliando-a com a existência de entidades que não estão em movimento ou transformação.

Em outras palavras, Platão busca fazer uma relação entre aquilo que é mutável e aquilo que é imutável, utilizando, para isso, de uma separação entre “dois mundos”: o sensível e o inteligível. O primeiro, como o próprio nome já diz, refere-se a um mundo que é acessado pelos nossos sentidos, é tudo aquilo que nós conhecemos e apreendemos pelo olfato, pelo paladar, pela visão e pelo tato. Nesse mundo, todo conhecimento apreendido é sujeito à mudança e, por isso, segundo Platão, é um conhecimento ilusório e enganador (visto que as coisas estão em constante devir). Já o segundo diz respeito ao mundo das ideias, das formas inteligíveis; consiste em uma realidade ideal, verdadeira, eterna e imutável, que pode ser acessada apenas por meio da razão, isto é, por um processo dialético.

Partindo-se da alegoria do mito da caverna de Platão, presente na obra *A república*, (514-517), o método dialético é justamente o movimento de “sair da caverna”, ou seja, corresponde ao movimento de ascensão que uma alma realiza para alcançar o conhecimento inteligível, é um processo contínuo de rompimento com o conhecimento atrelado às opiniões e às aparências para se almejar o conhecimento imutável e verdadeiro, representado aqui pelo Sol, o Sumo Bem, fim último de todas as coisas.

Tal perspectiva dualista é a posição de muitos filósofos¹; no entanto, é necessária essa separação tão rigorosa entre duas realidades aparentemente distintas? É o que se tentará responder neste artigo, partindo-se de uma análise linguística do livro V de *A república*.

2 UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA DO LIVRO V DE A REPÚBLICA

2.1 O CONCEITO DE DÓXA

Em sua obra *A república* (477b 3-7), Platão (2001, p. 258) inicia uma investigação sobre o que seria a *dóxa*:

Gláuco – Dizemos que a opinião é alguma coisa?

Sócrates – Como não?

Gláuco – É outra capacidade que não é a ciência ou é a mesma capacidade?

Sócrates – Outra.

Gláuco – Ah! O objeto da opinião é um e o da ciência é outro, de acordo com a capacidade de cada uma delas?

Sócrates – Sim.

Ao analisarmos o diálogo dessa passagem, observamos que tanto Sócrates como Gláuco chegam à conclusão de que a opinião é algo que se inclui no mesmo gênero que a ciência, isto é, ao gênero das capacidades. Nesse sentido, a capacidade da ciência é apontada

¹ Filósofos como Orígenes, Boécio e Agostinho de Hipona são alguns exemplos.

como “entre todas a que tem mais força” (*A república*, 477d 9), enquanto que a capacidade da opinião se refere àquilo “que nos permite julgar pelas aparências” (*A república*, 477e 2-3). No que tange à natureza de ambas, Platão afirma: “se cada uma delas tem uma capacidade diferente para um e outro, elas são diferentes por natureza” (*A república*, 478a 4). Partindo dessa assertiva, o filósofo define que a ciência se baseia sobre “o que é” (tornando possível, por isso, o conhecimento essencial das coisas); já a ignorância se remete àquilo que “não é” (não sendo possível, assim, conhecer as coisas como elas são). A opinião, segundo Platão, não se relaciona nem à ignorância, visto que a ação de opinar só acontece sobre algo determinado, sobre algo que existe (pertencente à ordem do ser); nem à ciência, porque a opinião também não pode ser sobre “o que é”, pois isto se atribui ao conhecimento. Para solucionar essa dualidade, Platão coloca a opinião como o meio-termo, a mediania entre a ciência e a ignorância, ou seja, é a capacidade responsável por relacionar aquilo que está entre “o que é” e “o que não é”, tal como observamos no fragmento de *A república*, 478d 3-4:

Gláuco – Então a opinião ficará numa posição intermediária entre elas.
Sócrates – Absolutamente.

Nesse sentido, é possível ter *opinião* sobre as formas, visto que só é possível opinar sobre algo que é determinado, isto é, pertencente “àquilo que é”. Ao admitir a possibilidade de ter opiniões sobre as essências (ou formas inteligíveis), Sócrates está admitindo que há uma dimensão intermediária entre não saber e saber; atenuando, assim, a ruptura entre os dois planos: “Os objetos (visíveis e inteligíveis) e os modos de acesso a eles se diferenciam, mas não se divorciam; eles se relacionam, mesmo que o faça, através de imitações imperfeitas” (Marques, 2011, p. 250).

É importante destacar que a complexidade da realidade, na visão do professor Marcelo Marques (2011), é justificável diante de uma totalidade que admite diferenciações; no entanto, elas são feitas para que se possa pensar melhor a rede de relações que existe entre os termos diferenciados. No caso do livro V de *A república*, a forma participada (formas inteligíveis) é o que é, ou seja, ela existe, tem sua determinação total e é causa da determinação maior ou menor de outros seres. Já as formas sensíveis (as coisas que aparecem como elas são) não possuem menos quantidade de “ser” que as formas, mas relacionam-se entre si, possuindo apenas um grau de determinação menor. Desse modo, ao assumir um grau de relação entre

duas realidades aparentemente contraditórias, não se pode afirmar uma dicotomia radical, visto que ambas possuem níveis de determinação diferentes, mas que se inter-relacionam.

2.2 O VERBO “SER”

É preciso, antes de tudo, perguntar se há alguma peculiaridade no uso do verbo “ser” nos diálogos platônicos que manifeste uma estrutura linguística fundamental para a compreensão da ontologia dos filósofos clássicos. Essa questão é uma das mais importantes no entendimento desses filósofos. Charles Kahn, tendo-se interessado por esse assunto, escreve um livro inteiro com o intuito de explicar se há uma relação entre o verbo “ser” e o conceito de ser, enquanto sentido ontológico.

Na língua ordinária grega, segundo Kahn (2004), o verbo “ser” teria como significado primitivo um valor veritativo, isto é, um valor de verdade. Para ele, o verbo ser, mesmo no seu uso absoluto, deve sempre ser lido em sentido veritativo, mas que se desdobra em um sentido copulativo (elíptico, incompleto) e em um sentido existencial. Em outras palavras, uma mesma ocorrência do verbo deveria necessariamente ser entendida, ao mesmo tempo, como veritativa, copulativa e existencial. Como veritativa porque o verbo teria um conteúdo lexicalmente traduzível como “é assim”, “é o caso”. Mas também como copulativa, quando aquilo sobre o que versa a pretensão de verdade seria uma complexão de fatos, ou uma atribuição elíptica, exprimível sob a forma proposicional padrão. Enfim, como uma ocorrência também existencial, visto que a pretensão de verdade envolveria a postulação de existência do sujeito do qual se afirmam os atributos. Essa sobredeterminação do verbo garantiria uma perfeita e natural tradutibilidade entre construções absolutas com valor veritativo e construções explicitamente copulativas, e em ambas o valor existencial estaria implícito.

No final do livro V, Sócrates afirma:

Gláuco – Ao Não-ser atribuímos, por força da necessidade, a ignorância; e ao Ser o conhecimento.

Sócrates – Exactamente (Platão, 2001, p. 260).

Ser, para o ateniense, é o ser da forma inteligível ou de algo que participa dela (daí sua atribuição ao conhecimento que se volta às realidades eternas, imutáveis e verdadeiras), sendo ambos expressos pelo sentido predicativo do verbo, o que inclui seu valor existencial, porém

sem demarcar o existir separadamente. O “é” existencial não significa que a existência deva ser pensada como algo totalmente isolado, mas pode ser tomado como indicando existência, mais ou menos determinada, de modos diferentes. Dessa maneira, “ser” significa existir e ainda ser algo determinado, de um modo ou de outro. Partindo-se dessa análise linguística, compreende-se que:

[...] na participação entre coisas múltiplas visíveis e formas inteligíveis, podemos dizer que a forma participada é o que é, existe, tem sua determinação total e é causa da determinação maior ou menor de outros seres; mas também as coisas que aparecem são o que são; elas não são menos que as formas, não têm menos “quantidade” de ser; elas são de modo diferente, ou seja, existem e são menos determinadas, têm um grau menor de determinação, do que quer que sejam (Marques, 2011, p. 258).

Sendo o verbo “ser” não dissociado de seu caráter copulativo e existencial, ao dizer que determinado objeto sensível “é”, é dizer que esse “ente” possui um grau de determinação (maior ou menor) em referência às formas sensíveis (que “são”, por excelência). A partir do momento que se estabelece um nível de relação entre duas figuras supostamente contrárias, não se pode conceber uma separação radical entre elas, tendo em vista a determinabilidade e, por conseguinte, a existencialidade de ambas. Logo, pensar em uma metafísica dualista na filosofia de Platão é separar radicalmente duas realidades que se inter-relacionam. Obviamente, a complexidade inerente ao “ser” é própria de uma totalidade que admite diferenciações e planos distintos que mantêm relação entre si. Todavia, as diferenciações são feitas para que se possa conceber melhor a teia de relações que existe entre os termos diferenciados.

CONCLUSÃO

A ideia de “dois mundos” (mundo das ideias e mundo sensível) na metafísica platônica não é completamente equivocada. Contudo, não se podem separar radicalmente duas realidades, levando em consideração a relação que ambas estabelecem entre si. Dois termos utilizados por Platão no livro V de *A república* colaboram para a adoção de uma perspectiva antagônica no que diz respeito à doutrina dualista: “opinião” e “ser”. O primeiro, compreendido como opinião, é entendido como uma capacidade “que nos permite julgar pelas aparências” (*A república*, 477e 2-3). Desse modo, não se relaciona nem à ignorância nem à ciência, ocupando uma posição intermediária entre o não ser e o ser. A partir do momento que

se concebe um nível intermediário entre dois âmbitos, admite-se um grau de relação que já nos tira de um entendimento dicotômico radical entre “dois mundos”. Já o segundo, sendo verbo de ligação, abarca, em si mesmo, um predicado de valor veritativo, bem como existencial. Segundo o filólogo Charles Kahn (2004), o “é” predicativo não determina algo que não existe, mas remete o ser em questão à forma inteligível pela qual ele é o que é. Por esse motivo, o verbo “ser” possui um sentido ontológico, significando existir, e ainda se refere àquilo que é determinado, de um modo ou de outro. Ora, os graus de determinação de um objeto sensível são vinculados às formas inteligíveis, tendo em vista que o segundo é causa do primeiro. Nessa perspectiva, o “existir” de algo está relacionado à determinação das ideias que lhe conferem um grau maior ou menor de perfeição, dependendo do nível de participação na ideia inteligível. Assim, as diferenciações existentes não devem nos levar a um isolamento entre dois âmbitos aparentemente opostos; pelo contrário, elas devem nos conduzir a uma releitura capaz de perceber a distinção, mas sem desconsiderar a relação que ambos estabelecem entre si.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nazareno Eduardo de. A metafísica platônica como método das formas. **Dissertatio, Revista de Filosofia**, Pelotas, v. 49, p. 175-245, 7 out. 2019.

KAHN, Charles H. **The Verb “Be” in Ancient Greek**. 9. ed. UK: Hackett Publishing Company, 2003.

MARQUES, Marcelo. Contra a teoria de dois mundos na filosofia de Platão. *In*: CONTE, J.; BAUSCHWITZ, O. **O que é metafísica**. Natal: EdUFRN, 2011. p. 245-260.

PLATÃO. **A república**. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.